

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

JEANE SILVA DA COSTA


**PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM
SÍNDROME DE WILLIAMS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

JEANE SILVA DA COSTA



**PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS COM
SÍNDROME DE WILLIAMS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NA ESCOLA PÚBLICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof^a. Ma. Vanessa Hlenka

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

Processo de Inclusão Educacional de Alunos com Síndrome de Williams nos Anos
Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pública

Por

Jeane Silva da Costa

Esta monografia foi apresentada às 18h30min do dia **15 de agosto de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de Foz do Iguaçu, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof^a. Ma. Vanessa Hlenka
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Me. Cidmar Ortiz dos Santos
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ma. Magela Reny Fonticiella Gomez
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a minha família que
sempre esta ao meu lado, me apoiando.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, ao meu filho e nora pela dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

A minha orientadora professora Ma. Vanessa Hlenka pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“Todo e qualquer empreendimento que visa à Inclusão só terá bons resultados quando o diferente for aceito como parte integrante e indissolúvel do ser humano”. (FRANCISCO GONÇALVES)

RESUMO

COSTA, Jeane Silva da. Processo de Inclusão Educacional de Alunos com Síndrome de Williams nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Escola Pública. 2018. 27f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

Este trabalho teve como temática conhecer a Síndrome de Williams e analisar a inclusão dos indivíduos que apresentam esta síndrome no ensino regular. Serão discutidas as políticas de inclusão, e como estas devem assegurar o acesso dos alunos que se encaixem nas descrições, um atendimento educacional que realize a promoção de uma aprendizagem satisfatória. Ao analisar as características dos alunos com Síndrome de Williams, é possível observar que toda comunidade escolar e principalmente o professor devem buscar a inclusão destes alunos, proporcionando a eles uma aprendizagem de qualidade. Os alunos de inclusão necessitam de um trabalho de qualidade, com análise e intervenções, em busca de uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Acesso. Aprendizagem. Significativa.

ABSTRACT

COSTA, Jeane Silva da. Educational Inclusion Process of Students with Williams Syndrome in the Initial Years of Elementary School in Public School. 2018. 27f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

This work had as thematic knowledge of Williams Syndrome and to analyze the inclusion of individuals with this syndrome in regular education. It will discuss about inclusion policies, and how these should ensure the access of the students that fit the descriptions, an educational service that carries out the promotion of a learning process. When analyzing the characteristics of students with Williams Syndrome it is possible to observe that every school community and especially the teacher should seek the inclusion of these students, providing them with a quality learning. Inclusion students need quality work, with analysis and interventions, in search of meaningful learning.

Keywords: Access. Learning. Significant.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	Erro! Indicador não definido.
3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL	13
3.2 DEFINIÇÃO DA SÍNDROME DE WILLIAMS (SW)	18
3.3 CARACTERÍSTICAS SÍNDROME DE WILLIAMS	18
3.4 TRATAMENTO	19
3.5 ENSINO REGULAR E INCLUSÃO DE ALUNOS COM SW	20
3.6 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muito tem se falado sobre a Educação Inclusiva bem como tem-se desenvolvido pesquisas, nas diversas áreas deste novo conhecimento científico. Assim, toda a educação pôde se beneficiar desses conteúdos e os processos de ensino e aprendizado podem ser melhores compreendidos, o professor ao conhecer o termo inclusão entende que a sua função é muito mais que passar ensinar os conteúdos, é zelar também por trabalhar nas crianças os valores do respeito pelo próximo, conceitos necessários para um aprendizado de uma pessoa atuante na sociedade, que entenda a inclusão como direito de todos.

As principais dificuldades encontradas na inclusão são a mudança de atitude dos professores e de toda a comunidade escolar, tão necessária como condição essencial para quebra de preconceitos e para a aceitação da diversidade, uma estrutura escolar adequada, equipamentos e recursos pedagógicos e preparo técnico dos educadores. Ao se dar prioridade as estas questões certamente a tão esperada educação inclusiva será realmente efetivada.

Para isso, se faz necessário uma mudança de paradigma nos sistemas educacionais, precisa-se levar mais em conta as potencialidades dos alunos e não apenas as disciplinas e os resultados quantitativos, prevalecendo os resultados qualitativos, onde os professores atuam como mediadores, facilitadores do processo de aprendizagem desse aluno. Ensinando-os a superar as dificuldades e a conviver com as diferenças individuais, respeitar os limites do outro e a partilhar experiências, conhecimentos e descobertas.

Do ponto de vista pedagógico essa Educação Inclusiva cria a possibilidade de existir interação entre os alunos, procurando um desenvolvimento conjunto, com igualdade de oportunidades para qualquer pessoa, respeitando a grande diversidade cultural e humana. Os alunos com alguma dificuldade seja no nível de comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social, merecem uma atenção especial para que tenham as mesmas oportunidades para se desenvolver, sendo necessário os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem compreenderem a importância de integração da equipe escolar a empenhar-se para favorecer e dinamizar as relações humanas afetivas e sociais na

escola e a inclusão de todos. Segundo Carvalho (2000, p.25) “a resistência de alguns professores á educação especial é explicada pela insegurança no trabalho educacional a ser realizado nas classes regulares com alunos com deficiência”.

Ao se analisar as etapas da Inclusão no decorrer dos anos, foram alguns professores especiais que defenderam essa educação, queriam a Inclusão de seus alunos nos sistemas regulares, porém, esses movimentos só ganharam corpo quando a educação regular passou a aceitar sua parcela de responsabilidade nesse processo, com o auxílio dos professores e familiares as iniciativas inclusivas começaram ao redor do mundo.

Este trabalho vai demonstrar que as limitações fazem parte das diferenças, diferenças que tornam o espaço de educação heterogêneo e rico, a sua exploração levará a criança a conhecer o outro e construir diferentes significados, a criança com necessidades educacionais precisa aprender a superá-las, e o gestor educacional tem uma parcela grande de responsabilidade na efetivação da inclusão.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com apoio em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Desta forma, nesse estudo serão realizadas pesquisas e análises sobre o tema abordado por meio de pesquisas em livros, artigos científicos, entre outros. Além disso terá uma abordagem qualitativa que compreende a descrição dos fatos onde o foco é o processo. Na pesquisa qualitativa segundo Zanelli (2002), o principal objetivo da pesquisa qualitativa é entender como as pessoas observam e aprendem sobre o espaço em que vivem, compreendendo as distorções e disposição em partilhar o que se percebe e aprende.

3 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

3.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação inclusiva segundo Mittler (2003, p.25) não se refere somente as crianças que tem necessidades educacionais especiais, mas a todas as pessoas, entre elas as crianças que são consideradas pessoas com necessidades educacionais, e também aqueles que por qualquer motivo não estejam tendo o seu direito a escolarização respeitado.

A lei é um grande avanço para que as pessoas que se enquadrem na mesma, tenham seus direitos a todas as políticas de inclusão reconhecidos, entre eles a educação, mas mais do que leis segundo Ramos apud Meirelles (2013) é preciso mudar a cultura escolar "Leis não vão resolver nada, a menos que existam ações voltadas à capacitação do professor e à mudança da escola".

Além das leis que tratam da inclusão é preciso muito ser feito no processo de educar, segundo Mittler (2003, p.20):

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

Não basta dizer que há inclusão dos educandos na escola, é preciso atender com qualidade e cultura, com princípios democráticos e igualitários, ensinando-os que necessitam e criando meios sociais e emocionais para a aprendizagem, é importante promover mudanças no sistema educacional, isso tanto no ensino regular, como na escola de ensino especial. Não basta dizer que há inclusão desses educandos na escola, é preciso atender com qualidade.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 11):

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades.

Uma das formas de concretizar ações pedagógicas é através da educação inclusiva que chegou há pouco tempo, mas se bem compreendida e praticada pode transformar a realidade de exclusão existente. A inclusão deve reconhecer educandos como sujeitos ativos, que a todo momento ressignificam as suas identidades, agindo sobre o mundo e transformando-o, ao mesmo tempo em que transforma a forma de perceber-se.

Alguns documentos são os pilares na construção de uma educação de qualidade; a Constituição Federal de 1988, a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases de Educação), Referenciais Curriculares; quando tratamos da educação especial no Brasil.

Analisando historicamente a educação especial no Brasil, desde o período colonial é possível constatar que no período colonial essa modalidade de educação era tratada com descaso total, as poucas instituições que haviam atendiam somente os casos mais graves, neste época não somente os indivíduos com deficiências, mas também as pessoas carentes não tinham direito a educação.

Os anos de 1854 e 1857 foram marcos fundamentais, respectivamente nesses anos foram criados “Instituto dos Meninos Cegos” e o “Instituto dos Surdos-Mudos” no Rio de Janeiro, esta época foi marcado pelo atendimento as deficiências auditivas e visuais (MIRANDA, 2008). As duas vertentes de atendimento da educação especial nesta época eram médico-pedagógica com perfil mais higienizador, psicopedagógica que visava a educação das pessoas com deficiência, mas continuava sendo segregadora, segundo Januzzi (1992, p.59) as características desses atendimentos eram:

Vertente médico-pedagógica: mais subordinada ao médico, não só na determinação do diagnóstico, mas também no âmbito das práticas escolares [...]. Vertente psicopedagógica: que não independe do médico, mas enfatiza os princípios psicológicos [...].

Na década de 1920 a Educação Especial é influenciada pelas ideias da Escola-Nova. Cursos ministrados por psicólogos europeus influenciam também nos rumos da educação especial entre eles Helena Antipoff (1892-1974) responsável pela criação de classes e escolas especiais, além de serviços de diagnósticos, também influenciou muitos profissionais a se dedicarem a esta área da educação (MIRANDA, 2008).

A década de 1950 foi marcada pela expansão de estabelecimentos que ofereciam educação especial aos que eram portadores de deficiência intelectual, se acirrou a discussão sobre a qualidade e os objetivos dos serviços de educação especial. Em 1957 o governo federal assumiu a educação especial, criando campanhas pra atender cada uma das deficiências.

A expansão de estabelecimentos de educação especial continuou na década de 60 juntamente com outras iniciativas, em 1970 a educação especial foi institucionalizada e criada a CENESP (Centro Nacional de Educação Especial), segundo Ferreira (2006, p.87):

A partir do final dos anos 1960, e de modo mais destacado nos anos 1970, as reformas educacionais alcançaram a área de Educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial).

A primeira lei que indicava que havia a necessidade de serviços para a Educação Especial foi a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) lei nº 4.024/1961 que em seu Título X, nos artigos 88 e 89 previa:

Art. 88. A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art. 89. Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções (BRASIL, 1961, p.15).

A Lei 5.692/1971 alterou a antiga LDB de 1961, o 9º artigo da nova lei trazia em seu texto que alunos com deficiências deviam ter tratamento especial:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (BRASIL, 1971, p.03).

Com a Constituição de 1988 foi estabelecido o direito de todos à educação e no art. 208, inciso III foi assegurado que “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será preferencialmente na rede regular de ensino”.

Em 1989 a Lei 7.853 foi elaborada dispondo “sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE[...]”(BRASIL, 1989, p.1).” esta lei determina que preconceito é crime em seu artigo 208 explica:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, p.1).

A educação na década de 1990 teve grandes avanços e reformas na educação em sua totalidade, não foi diferente em relação à educação especial nesta época foi criado o Estatuto da criança e do Adolescente Lei 8.069/1990, esta lei entre outras coisas garante o atendimento educacional especializado no ensino regular e também prioriza políticas públicas de proteção e prevenção as famílias, que tenham crianças e adolescentes com necessidade desse tipo de atendimento.

Em 1996 a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/1996 é aprovada, esta lei prevê a inclusão das crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular em seus artigos 58 e 59:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1994, p.21-22).

Os espaços de apoio para atendimento educacional especializado que é assegurado na LDB nos artigos citados acima social foram criados para assegurar a proteção integral que o educando com NEE deve ter.

A sociedade necessita que suas políticas públicas levem as pessoas a serem capazes de respeitar as diversidades. O indivíduo se constrói por meio da interação com os outros sujeitos; assim elabora o seu conhecimento, essas interações tem muita importância, pois orientam o comportamento do indivíduo e ajudam a avaliar e se posicionar diante das situações no decorrer de sua existência.

É necessário que as políticas públicas para a educação especial sejam sempre construídas observando as pessoas e suas particularidades, quando todos se envolvem de maneira profunda, prazerosa e coletiva com as tarefas necessárias ao sucesso do processo de ensino e aprendizagem a educação de qualidade é assegurada.

3.2 DEFINIÇÃO DA SÍNDROME DE WILLIAMS (SW)

O médico neozelandês Dr. J.C.P. Williams descreveu esta síndrome rara em 1961 e o DR. A.J. Beuren em 1962, por isso pode levar também o nome de Síndrome de Williams-Beuren. É uma desordem genética, mas sua transmissão não é genética, mas, contudo o portador desta síndrome tem 50% de chance de passar esta condição para seus filhos. Estes dois médicos observaram “características faciais típicas associadas à estenose supra-avalvular da aorta, hipercalcemia infantil e deficiência mental em pacientes não aparentados” (ROSSI et al., 2006, p. 332).

O diagnóstico clínico pode ser confirmado por um exame de sangue. A técnica conhecida com FISH (“Fluorescent In Situ Hybridization”), um exame do DNA, detecta a falta de proteína elatina no cromossomo #7 em 95 a 98% dos indivíduos com SW (ABSW, 2010, p. 06).

A SW pode ocorrer em qualquer grupo genético também não tendo específico um gênero sexual, afetando o indivíduo desde o nascimento, esta síndrome foi identificada em todos os países do mundo. A ausência de material no cromossomo 7, inclusive ausência de elastina acaba determinando muito de suas características físicas (ABSW, 2010).

3.3 CARACTERÍSTICAS SÍNDROME DE WILLIAMS

As características de um portador da síndrome podem ser diferentes de outro, mas dentre todas estas podem aparecer:

- Aparência facial característica: dentes pequenos, lábios cheios, nariz pequeno e empinado, inchaço ao redor dos olhos, característica essa conhecida como face de fadinha ou gnomo, com a idade as características tornam-se mais evidentes.
- Problema de coração e dos vasos sanguíneos: apresenta tipicamente, estreitamento na aorta e das artérias pulmonares, variação no grau de estreitamento, sendo necessária uma avaliação cardíaca periódica.
- Hipercalcemia: nível de cálcio no sangue elevado, às vezes é necessário tratamento médico ou dietético.

- Baixo peso de nascimento/ganho de peso lento: o baixo ganho de peso muitas vezes leva ao diagnóstico de desnutrição, na idade adulta estatura um pouco abaixo da média.
- Problemas alimentares: os problemas são ligados à hipotonia muscular, a ineficácia da sucção e deglutição, que tendem a ser resolvidas quando o indivíduo fica mais velho.
- Anormalidades dentárias: dentes pequenos e espaçados, oclusão (anormalidade na mordida) melhoradas por meio de correção ortodôntica.
- Anormalidades renais: problemas na estrutura ou função renal.
- Hérnias: inguinais ou umbilicais são comuns.
- Hiperacusia: audição sensível.
- Problemas musculoesqueléticos: frouxidão articular, hipotonia muscular podendo ocorrer rigidez nas articulações.
- Personalidade amigável: afetuosos e extremamente educados e não tem medo de estranhos.
- Atraso no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem varia de leve a moderado, déficit de atenção e hiperatividade.
- Estrabismo. (ABSW, 2010)

Tem desenvolvimento motor lento, demorando a andar e tendo dificuldades em realizar atividades que necessitam coordenação motora. Quando adultos podem sofrer de doenças psiquiátricas como depressão, fobias, transtornos obsessivos compulsivos, pânico e estresse pós-traumático.

3.4 TRATAMENTO

A SW não tem cura sendo necessário que a criança passe por programas especiais de educação, pois estes auxiliam no desenvolvimento do indivíduo e do processo de inclusão. Devido a varias características é necessário que o indivíduo seja acompanhado por fonoaudióloga, cardiologista, fisioterapeuta e realize exames frequentes.

3.5 ENSINO REGULAR E INCLUSÃO DE ALUNOS COM SW

Incluir alunos com algum tipo de necessidade educacional especial (NEE) é permitir que todos os alunos aprendam a conviver com as diferenças, para que tenham uma educação de qualidade de maneira em que esta se efetive verdadeiramente.

A definição de necessidade educacional especial refere-se às necessidades dos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem, dificuldade em se relacionar com outras pessoas, crianças que necessitam respostas específicas adequadas.

O trabalho com estes alunos deve objetivar realizar atividades que promovam o desenvolver das relações sociais, de valores e concepções que estejam ligados a convivência e ao afetivo, a construção de conhecimentos por meio da experimentação, além das habilidades esportivas, lúdicas que permitam o prazer e as que levem a identificação cultural desta criança com os seus. Segundo Pessotti (1984, p.24):

Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educá-lo. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença.

O autor acima citado, fala da deficiência mental, mas o que ele fala deve ser usado para todas as características enquadradas na Educação Especial, em que a responsabilidade de educar as pessoas é de todos, todos tem sua parcela a cumprir para que as políticas públicas se efetivem.

A educação baseia-se em um esforço para desenvolver nos indivíduos todas as suas capacidades objetivando a plenitude, com o apoio, considerando as suas possibilidades e habilidades. O desenvolvimento dos indivíduos é infundável, mas muito mais importante do que ter essa compreensão é a construção e efetivação de políticas públicas que assegurem uma educação de qualidade.

Para Dewey (1959) a escola e a própria vida e não somente uma preparação para esta. Ao aprender fazendo, a pessoa está vivendo a experiência das relações

educativas e sociais. O desenvolvimento pessoal e desenvolvimento social são os grandes objetivos da educação, o professor é responsável por estimular esses desenvolvimentos em sua prática, atingindo assim o objetivo da educação significativa.

O professor é a primeira imagem de respeito que o aluno tem após a família, é o primeiro adulto que após sua formação dentro do âmbito familiar lhe impõe regras e é o mediador do processo de ensino aprendizagem. É ele, juntamente com a escola e a família que fornecem tudo aquilo que o aluno precisa saber durante sua passagem na escola. O professor é aquele que propicia ao ambiente escolar ser um lugar em que o aluno se sinta bem para aprender e desenvolver. Um ambiente que possibilite a aprendizagem de uma forma agradável.

Segundo Souza (1970, p. 10 - 11):

Para que haja um desenvolvimento harmonioso é importante satisfazer a necessidade fundamental da criança que é o amor. (...) O professor, na sua responsabilidade e no seu conhecimento da importância de sua atuação, pode produzir modificações no comportamento infantil, transformando as condições negativas através das experiências positivas que pode proporcionar. Estabelecerá, assim, de forma correta, o seu relacionamento com a criança, levando-a a vencer suas dificuldades.

Quando se tem o objetivo de desenvolver plenamente a criança, deve se dar relevância a uma metodologia que faça jus a este objetivo. O profissional de educação deve ter um trabalho pautado numa metodologia que conduza a uma prática pedagógica, que torne a escola um espaço democrático, para que a aprendizagem ocorra de forma eficaz a todos os indivíduos que dela desejam se apropriar.

Para Garzuzi (2009), é possível que muitos dos déficits ou excessos comportamentais identificados nos grupos limitem uma adaptação social mais adequada e favoreçam o desenvolvimento de transtornos psiquiátricos futuramente. Diante disso, torna-se imperativa a atuação psicológica em conjunto com uma equipe multidisciplinar, no que diz respeito ao acompanhamento destas crianças e adolescentes, no sentido de se proporem e se adotarem medidas de caráter preventivo – como a atuação no manejo de condições ambientais – com a finalidade de propiciar uma melhora dos comportamentos considerados problemas e, por sua vez, da qualidade de vida dessas pessoas em seu contexto social.

Em tempos de inclusão a escola é uma das principais responsáveis por atender o indivíduo entendendo que cada um tem um ritmo de aprendizagem e aprende de forma diferente, sendo assim ela necessita atender a todos independente de qual seja sua necessidade, física, cognitiva ou social, além de que esse atendimento deve ser realizado com estratégias que priorizem uma educação de qualidade e transformadora.

Os alunos com Síndrome de Williams, assim como outros alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, tem atendimento em contra turno na sala de Recursos Multifuncionais, atendendo o que a lei de inclusão determina, além de se verificada a necessidade, o acompanhamento de um professor em sala de aula regular (BRASIL, 2008). Todos os profissionais envolvidos com o aluno devem auxiliar na promoção de uma maior interação entre o educando e pais, fazendo que a família tenha uma maior aproximação da vida escolar de seus filhos, participando de tudo, dentre eles o cotidiano da sala de aula. Mostrar a importância que a família tem na vida da criança com síndrome, o que os pais devem saber e fazer, diante habilidades e dificuldades da criança. Mas, a verdade é que o foco deve ser sempre o de incluir estes alunos, fazer com que sintam parte do ambiente escolar, que superem suas dificuldades e desenvolvam cada vez mais suas potencialidades.

3.6 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O movimento da inclusão escolar é um movimento relativamente novo, a história da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais demonstra um quadro de total abandono até a pouco tempo. Há alguns anos entendiam que as pessoas que tivessem alguma necessidade, só poderiam participar da sociedade se passassem por um processo de normalização.

Com o advento da educação inclusiva surgiu também o atendimento educacional especializado. Além dos acompanhamentos que a criança com SW deve ter por causa das suas necessidades especiais, ela também terá na escola o AEE (atendimento educacional especializado).

O atendimento educacional especializado será utilizado de forma a complementar ou suplementar a escolarização, não substituindo o ensino regular,

mas, apoiando e dando suporte para que os alunos com deficiência consigam se apropriar dos conhecimentos do currículo escolar, este atendimento tem o objetivo de oferecer possibilidades e recursos necessários para atender a necessidade dos alunos destes precisam, além dos recursos pedagógicos que colaboram para o desenvolvimento pleno de suas capacidades, eliminando as barreiras impostas necessidade educacional, fazendo com que a criança tenha participação efetiva e apropriação do conhecimento escolar.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 16)

Segundo a LDBEN Lei 9394/96 o atendimento educacional especializado está previsto nos artigos 58, 59 e 60 onde explicita que a Educação Especial é agora uma modalidade de ensino que complementar a formação do alunos com necessidades educacionais especiais. O atendimento educacional especializado, que será oferecido preferencialmente nas escolas comuns, e visa a atender às especificidades dos alunos da Educação Especial e ensinar o que é necessário para eliminar as barreiras encontradas pelos alunos com deficiência, altas habilidades e com transtornos globais de desenvolvimento.

Serão atendidos os alunos com deficiência matriculados e que estão em idade de cursar o Ensino Fundamental dos 04 aos 17 anos. Conforme a Resolução CNE/CEB 2001 o artigo 2º, que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e cabe as escolas organizarem-se para o atendimento adequado aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos." (BRASIL, 2001, p.13)

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado não é como o reforço escolar, ele acontece para auxiliar a criança na sua necessidade específica. O AEE pode ser para uma criança cega com o ensino do código BRAILE e das

tecnologias assistivas, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para uma criança surda, o ensino para que a criança utilize a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade, de mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, e o ensino de acordo com a necessidade específica da criança quando ela apresenta uma dificuldade de aprendizagem.

O que se percebe é que muitos professores das classes regulares ainda não entendem o que esse é atendimento, muitas vezes achando que este funciona como uma sala de reforço, mas este atendimento tem o objetivo de oferecer possibilidades e recursos necessários para atender a necessidade dos alunos que destes precisam, além dos recursos pedagógicos que colaboram para o desenvolvimento pleno de suas capacidades, eliminando as barreiras impostas pela necessidade educacional, fazendo com que a pessoa tenha participação efetiva e apropriação do conhecimento escolar.

O AEE deverá ser realizado na Sala de recursos Multifuncionais da escola regular em que o aluno estuda ou Centros Educacionais Especializados onde será garantido seus direitos e reconhecida e atendidas as suas especificidades. A sala de Recursos multifuncionais realiza o atendimento do aluno em turno inverso ao regular. Caracteriza-se por ter recursos materiais, e pessoal próprios para atender a necessidade de cada aluno atendido.

O educador da escola regular precisa estimular o aluno à aprendizagem. Também é importante estabelecer um trabalho colaborativo entre o educador do atendimento educacional especializado e o educador da sala comum, compartilhando experiências para garantir uma educação de qualidade.

Os educandos aprendem cada um de uma forma, cada um tem potencialidades diferentes, a interação faz com que o processo de ensino e aprendizagem tenha sucesso, o atendimento educacional cria alternativas e possibilidades educacionais viáveis para trabalhar com estes alunos com necessidades educativas especiais.

Para que a inclusão realmente aconteça é necessário que todos os envolvidos, realmente estejam comprometidos com que a aprendizagem dos incluídos seja possível, transformando a sua vida significativamente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos anos escolares as síndromes, as dificuldades, distúrbios de aprendizagem afetam o desenvolvimento, para realizar uma educação de qualidade o profissional que atende o aluno com síndrome de Williams precisa ter conhecimento das características que o aluno apresenta, como trabalhar com esse aluno, que estratégias utilizar e como intervir durante o processo de ensino, buscando a aprendizagem significativa do aluno.

O papel da escola com os alunos com Síndrome de Williams, é o de realizar um trabalho que maximize a interação do aluno na classe comum, amplie o acesso do aluno a recursos de tecnologia, materiais bibliográficos e pedagógicos. Oportunizando ao aluno a possibilidade de participar de práticas de pesquisa, ampliando cada vez mais as suas possibilidades de aprender. O professor deve criar alternativas e possibilidades educacionais viáveis para trabalhar com os alunos, que aprendem de variadas formas e que necessitam ter sua necessidade atendida.

As relações que se estabelecem na escola que o profissional que atua com alunos com SW perceberá quais as melhores decisões educacionais a serem tomadas, as apropriações necessárias. Além de se comunicar com outros profissionais, fonoaudiólogas, fisioterapeutas, e outros que atendem esta crianças para que troquem ideias, na busca de melhor trabalhar para o desenvolvimento do aluno.

Seria de grande vantagem se a escola e a família conseguissem fazer o seu papel de forma significativa. Os pais dependem de uma boa qualidade de ensino que vem dos professores, mas sem a sua participação é impossível que haja um aprendizado harmonioso e concreto.

De acordo com o grau de comprometimento, a possibilidade da criança com SW desenvolver boa comunicação, integração social, alfabetização e outras habilidades relacionadas, dependerá da intensidade e adequação do tratamento, mas é intrínseco à sua condição que ele tenha maior dificuldade nestas áreas do que uma que não apresenta a síndrome. No entanto, superar a barreira que isola o indivíduo com SW do mundo normal não é um trabalho impossível. O indivíduo apesar de manter suas dificuldades, dependendo do grau do comprometimento, pode aprender os padrões de comportamento aceitos pela cultura, exercitar sua

cidadania, adquirir conhecimento e integrar-se de maneira bastante satisfatória à sociedade. Neste aspecto, o atendimento pedagógico muito tem a contribuir, ajudando o sujeito a resgatar ou vir a conhecer o prazer de aprender em todas as suas dimensões.

Todo ser humano em sua vida busca realizar-se pessoalmente, socialmente e profissionalmente. Mas precisa passar por obstáculos existentes em uma sociedade competitiva.

Muitos conseguem com facilidade, outros têm mais dificuldades devido a defasamento social, a violência e os traumatismos provocados por uma sociedade de consumo que geram desajustamento afetivos e priva o ser humano do desenvolvimento de habilidades necessárias na realização de atividades na sua vivência social.

Os professores, enfrentam exemplos reais em sala de aula. Sendo inúmeras as dificuldades. Há necessidade de em todos os grupos escolares existir profissionais especializados na área para fazer estudos, análises dando um diagnóstico que possibilite ao professor melhor planejamento de suas ações.

É imprescindível que o professor se mostre preocupado e ativo, pois isso interfere completamente na formação pessoal e profissional dos alunos. A escola amplia as relações sociais integrando a criança na sociedade. Seu caráter e a sua personalidade são formados inicialmente pela família, mas após isso, é na escola que tem as suas primeiras experiências. E, conseqüentemente, se na família existe alguma desordem, a criança reflete seus problemas no desenvolvimento escolar. Por isso, a escola e o professor precisam se posicionar diante dessas situações, impor regras e respeito, criando possibilidades para a criança se sentir motivada e pronta para aprender, buscando autonomia.

Assim como os outros, este aluno é uma criança que precisa de orientação, para desenvolver as habilidades que já tem e desenvolver outras, realizando sua prática pedagógica orientada, para desenvolver nesse aluno todas as potencialidades existentes. O professor deve fazer as adequações curriculares, trabalhando com uma proposta de ensino a partir do diferencial cognitivo e sócio afetivo de cada um, explorando recursos que atendam ao estilo de aprendizagem do aluno. É preciso que o professor observe todas as características dos alunos, auxiliando a criança na construção do seu conhecimento.

A metodologia utilizada pelo professor para atender estes alunos durante sua prática pedagógica, deve ser de um agente transformador do espaço educacional e das pessoas que nela interagem, buscando construir a autonomia no aluno, ampliar suas oportunidades de conhecimento e agir para o seu desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS

ABSW. **Associação Brasileira da Síndrome de Williams**. 2010. Disponível em: < <http://www.swbrasil.org.br/uploads/download/473f7677e29a5bf8ad23473b3668d16c5cfe474d.pdf>>. Acesso em 16 de mai. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 4.024/1961**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 12 de mai. 2018.

_____. **Lei 5.692/1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-egislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf>>. Acesso em: 13 de mai. 2018.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

_____. **Lei 7.853/1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 11 de mai. 2018.

_____. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2**, de 11 de Fevereiro de 2001. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Enquadramento da ação**: necessidades educativas especiais. In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso e Qualidade - UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. 5 ed. São Paulo: Nacional, 1959.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GARZUZI, Y. Comparação dos fenótipos comportamentais de crianças e adolescentes com síndrome de Prader-Willi, Síndrome de Williams-Beuren e Síndrome de Down. 97f. **Dissertação** (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.com.br/jspui/handle/tede/1740>>. Acesso em 17 de mai.2018.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4. ed. 2008.

JANNUZZI, G. M. A, 1992, **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados.

MIRANDA, T. G. Formação Docente Continuada: uma exigência frente à proposta da educação inclusiva. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em outros contextos**. EDUFRN. Natal, 2008. ISBN 978-85-7273-492-9.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T.A. Queiroz. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1994.

ROSSI, N. F.; MORETTI-FERREIRA, D.; GIACHETI, C. M. Genética e linguagem na síndrome de Williams-Beuren: uma condição neuro-cognitiva peculiar. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri (SP), v. 18, n. 3, p.331-338, set.-dez. 2006. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v18n3/a13v18n3.pdf>>. Acesso em 20 de mai. 2018.

SOUZA, I. S. de. **Psicologia**: a aprendizagem e seus problemas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos da Psicologia**. n. 7, 2002, p.79-88.